

HORTAS E COZINHAS COMUNITÁRIAS: TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

Iris Parada Soares de Souza
Estudante de Doutorado do Programa Interdisciplinar de Desenvolvimento Comunitário – UNICENTRO-PR
irisparada@gmail.com

Prof. Dr. Silvio Roberto Stéfani
Doutor em Administração pela USP. Docente do Programa Interdisciplinar de Desenvolvimento Comunitário - UNICENTRO-PR
E-mail: silviostefano@unicentro.br

Profa. Dra. Cecilia Hauresko
Doutora em Geografia pela UNESP. Docente do Departamento de Geografia - UNICENTRO-PR
chauresko@unicentro.br

Resumo

Este trabalho analisa qualitativamente, a associação/integração entre hortas urbanas comunitárias e cozinhas comunitárias em contextos urbanos vulneráveis, entendendo-as como tecnologias sociais promotoras de inclusão e sustentabilidade. O objetivo do trabalho é compreender o seu potencial frente à insegurança alimentar e a exclusão social vivenciada pelas populações em vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e documental sobre hortas comunitárias, agricultura urbana e cozinhas comunitárias, articuladas às políticas públicas e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados indicam que a integração dessas iniciativas, amplia a Segurança Alimentar e Nutricional, fortalece laços comunitários e gera benefícios socioeconômicos. Conclui-se que sua incorporação em planos de ação governamentais pode consolidá-las como tecnologias sociais ou equipamentos urbanos estratégicos, contribuindo para a sustentabilidade e a redução da insegurança alimentar nos diferentes graus e das desigualdades socioeconômicas.

Abstract

This work provides a qualitative analysis of the association and integration between urban community gardens and community kitchens in vulnerable urban contexts. It frames them as social technologies that promote inclusion and sustainability. The study aims to understand their potential in addressing the food insecurity and social exclusion experienced by socioeconomically vulnerable populations. The research is based on a literature and document review of community gardens, urban agriculture, and community kitchens, linking them to public policies and the Sustainable Development Goals (SDGs). The results indicate that integrating these initiatives enhances Food and Nutritional Security, strengthens community bonds, and generates socioeconomic benefits. The conclusion is that their incorporation into government action plans can solidify them as strategic social technologies or urban facilities, contributing to sustainability and the reduction of food insecurity and socioeconomic inequalities at various levels.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Inclusão, Sustentabilidade,

Introdução

Nas últimas décadas, o agravamento da crise climática tem evidenciado desafios prioritários a serem enfrentados, sobretudo pelas cidades. Nesse contexto de debate, temas como sustentabilidade urbana, desenvolvimento econômico e enfrentamento das

desigualdades sociais e territoriais têm sido frequentemente colocados em posições opostas. A busca por equilíbrio entre as dimensões ambiental e socioeconômica tem impulsionado estratégias que apresentam resultados positivos, como a preservação de áreas urbanas ambientalmente frágeis, o fortalecimento da economia circular, a mitigação das desigualdades socioambientais e a redução da geração de resíduos sólidos. Torna-se, portanto, necessário analisar e difundir essas abordagens, bem como explorar suas possibilidades de articulação.

O presente estudo discute os benefícios resultantes da integração entre hortas comunitárias (HC) e cozinhas comunitárias (CC), quando implantadas para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no meio urbano. Considerando a problemática da fome e da insegurança alimentar (IA) enfrentada por essa parcela da sociedade, a pesquisa inicia-se com a apresentação desses conceitos e de suas especificidades, relacionando-os à realidade brasileira e destacando sua relevância. Na sequência, a revisão bibliográfica caracteriza as HC e as CC localizadas em bairros empobrecidos e marginalizados, evidenciando suas potencialidades. Os dados levantados fundamentam uma análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme estipula a Agenda 2030 da ONU (2015), indicando quais metas podem ser contempladas a partir da criação e valorização desse binômio. Os resultados demonstram a eficácia da integração proposta, evidenciada pelos múltiplos benefícios passíveis de serem alcançados.

Este estudo analisa os benefícios da integração entre hortas comunitárias (HC) e cozinhas comunitárias (CC) no atendimento a populações urbanas em situação de vulnerabilidade social. A partir da problemática da fome e da insegurança alimentar (IA) no contexto brasileiro, apresentam-se conceitos e especificidades relacionados ao tema, seguidos de revisão bibliográfica sobre o potencial das HC e CC em áreas empobrecidas. Os dados levantados subsidiam a análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Agenda 2030 da ONU (2015), indicando metas que podem ser contempladas pela valorização desse binômio. Os resultados apontam a eficácia dessa integração como estratégia de inclusão.

Argumenta-se que, por meio da participação comunitária em todas as etapas, desde o plantio até o consumo, é possível melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ampliar o senso de pertencimento e comunidade, além de promover a conexão com a natureza e sua preservação. Além disso, o compartilhamento de conhecimentos, tanto na horta quanto na cozinha, pode favorecer a capacitação e a consequente geração de emprego e renda. A valorização dos saberes populares em ambos os espaços, bem como o reconhecimento das cozinhas comunitárias (CC) como locais de formação, caracteriza-se como uma Tecnologia Social que requer um espaço arquitetônico, paisagístico e urbanístico adequado a tal finalidade. Associada à produção de alimentos orgânicos pela agricultura urbana, a integração entre esses dois ambientes contribui para a preservação do meio ambiente, atua na redução da fome e da pobreza e, simultaneamente, abre novas oportunidades de inserção para a população beneficiada, promovendo sua reintegração à sociedade e a redução das desigualdades

Quando as hortas comunitárias (HC) são valorizadas e incluídas na agenda pública, inúmeros benefícios podem ser alcançados, em estreita sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015), conforme destaca Hauresko (2024). No meio urbano, a integração entre cozinhas e hortas comunitárias pode incorporar sistemas de compostagem e articular-se com os produtores locais. Os resultados revelam impactos positivos nas diferentes dimensões sociais, econômicas e ambientais abordadas pelos ODS. Como será aprofundado adiante, verifica-se alinhamento com: o ODS 2, que trata da fome zero e da agricultura sustentável; o ODS 3, que aborda saúde e bem-estar; o ODS 4, relativo à educação ambiental de qualidade;

o ODS 8, ao evidenciar impactos no trabalho e no crescimento econômico; o ODS 10, ao propor metas de redução das desigualdades; o ODS 11, por inserir-se em áreas urbanas ambientalmente frágeis; o ODS 12, voltado à produção e ao consumo responsáveis; o ODS 13, relacionado à mudança global do clima; e o ODS 15, que contempla a recuperação dos solos.

Hortas e Cozinhas Comunitárias e o alinhamento às ODS

Segundo levantamento do IBGE (2024), 27,6% da população brasileira enfrenta algum nível de insegurança alimentar (IA) e 4,1% encontram-se em situação de fome. Esses dados evidenciam a gravidade do cenário e reforçam a importância de iniciativas integradoras capazes de enfrentar esse quadro crítico de desigualdade. Conhecida como Fome Zero, a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) (BRASIL, 2006a) estabelece diretrizes para a implementação de ações governamentais voltadas à garantia do direito à alimentação adequada e de qualidade. Estruturada em três níveis de ação, sendo: organização, educação e emancipação, a PNSA integra políticas de caráter estrutural, emergencial e local. Nesse contexto, a instalação de cozinhas comunitárias (CC) compõe o conjunto de iniciativas no âmbito das políticas locais, que incluem ainda a implantação de restaurantes populares, a criação de bancos de alimentos e o incentivo à agricultura familiar, entre outras medidas.

Essas cozinhas representam uma estratégia de política em saúde, de soberania alimentar e de combate à fome a partir da construção coletiva e participação da comunidade, visando garantir benefícios nutricionais e sociais, tais como melhora da coesão social, promoção à saúde e empoderamento. (ANTONIO; GUERRA, 2022, p. 4)

O objetivo das cozinhas comunitárias (CC) é “incentivar e apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições” (BANDONI et al., 2010, p. 17). Por meio da oferta de refeições nutricionalmente equilibradas, o programa busca preparar e distribuir alimentos a segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade. A gestão desses espaços pode ser assumida por comunidades e organizações, com apoio e coordenação das administrações municipais. De acordo com Antonio e Guerra (2022, p. 22), “os benefícios na melhoria dos indicadores de SAN relacionados às CCs são os mais recorrentes na literatura”, o que reforça sua contribuição para o ODS 2, voltado à redução da fome.

Outro impacto identificado pelos mesmos autores refere-se ao desenvolvimento de habilidades sociais, sobretudo na “redução do isolamento social, construção de vínculos de amizade e desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis”, além da promoção da saúde mental. A revisão bibliográfica realizada por Antonio e Guerra (2022) aponta que as CC favorecem a socialização e o compartilhamento de experiências, sendo relatadas em diferentes contextos mundiais como polos catalisadores de voluntariado, responsabilidade social e senso de coletividade. Ao configurarem-se como espaços de encontro e empoderamento, as CC, isoladamente ou em articulação com hortas comunitárias (HC), contribuem para o ODS 10, ao promover a redução das desigualdades e a inclusão de grupos minoritários na vida social.

Bandoni et al. (2010) destacam que muitas CC oferecem cursos de capacitação. Embora a dimensão educacional não constitua seu objetivo central, a iniciativa deve ser valorizada por somar-se à oferta de refeições. Tais cursos fortalecem a integração social, o desenvolvimento de habilidades culinárias e a economia doméstica, além de contribuir para a formação profissional (ANTONIO; GUERRA, 2022). No Brasil, as capacitações ofertadas pelas CC têm favorecido a inserção de participantes no mercado de trabalho, seja pelo empreendedorismo na área de alimentação, seja pela qualificação

voltada a bares e restaurantes. Além disso, ao abordar temas como higiene, economia doméstica e preparo de alimentos, esses cursos ampliam a SAN quando aplicados no núcleo familiar e possibilitam geração de renda. Essa vertente de atuação das CCs dialoga diretamente com o ODS 8, que busca promover trabalho decente e crescimento econômico.

Em paralelo, as hortas comunitárias (HC) têm se destacado como uma resposta às crises climática e social, ao mesmo tempo em que contribuem para a redução da fome e para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (GRACIA et al., 2024). Trata-se de espaços públicos ou privados, muitas vezes organizados por iniciativas populares, mas também impulsionados por ações governamentais, onde são implantados canteiros e jardins produtivos (CHAVES et al., 2015). Esses espaços de agricultura urbana fortalecem vínculos comunitários, ampliam as oportunidades de convívio social e estimulam o contato com a natureza, promovendo a SAN por meio do cultivo orgânico. Costa et al., (2015), apresentam as hortas urbanas como uma tecnologia social capaz de melhorar a alimentação, favorecer a relação entre a comunidade e o entorno e transformar espaços urbanos mediante o cultivo ecológico.

As hortas comunitárias (HC) reúnem técnicas e metodologias baseadas na interação com a população e apropriadas por seus próprios usuários, o que permite caracterizá-las como uma Tecnologia Social (TS). Diferentemente de uma simples transferência de conhecimento, seu desenvolvimento ocorre pelo engajamento coletivo e pela construção participativa (SANTOS, 2024). Nesse sentido, constituem territórios férteis para a integração entre saberes científicos e populares, configurando-se como espaços de intercâmbio que, quando organizados e valorizados pelo poder público e pela sociedade, transformam-se em inovações tecnológicas capazes de atender às demandas coletivas do território. Ao promover a valorização dos saberes locais e o compartilhamento de experiências, as HC, como TS, contribuem para o empoderamento e a inclusão social, em consonância com as metas do ODS 10.

Ao ocupar espaços urbanos abandonados, degradados ou sujeitos a ocupações irregulares, como margens de rios e áreas sob linhas de transmissão de energia, as HC podem contribuir para a preservação da permeabilidade do solo e da biodiversidade. De acordo com Herzog e Rosa (2010), as hortas urbanas configuram-se como estruturas ecológicas que, juntamente com parques, telhados verdes e demais infraestruturas verdes e azuis, favorecem o escoamento das águas pluviais, reduzem o impacto de inundações e alagamentos, equilibram a temperatura urbana e assumem papel essencial na conservação da biodiversidade. Essas contribuições urbano-ambientais aproximam as HC do ODS 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis; do ODS 13, voltado à ação contra a mudança global do clima; e do ODS 15, que aborda a vida terrestre.

A conexão das pessoas com a natureza nas HC também se apresenta como uma forma de educação ambiental, além de estar relacionada diretamente à saúde mental (TZOULAS et al., 2007). Áreas verdes urbanas, em geral, podem ampliar a conscientização ambiental de seus usuários. Compreender que o aumento da permeabilidade do solo e da cobertura vegetal contribui para mitigar o aquecimento global e adaptar as cidades às emergências climáticas constitui um aspecto central das HC, que incorporam a educação ambiental como conceito e filosofia (BRASIL, 2025). Ao adotar práticas educativas no cultivo e na produção de alimentos, as HC alinham-se ao ODS 4, mais especificamente à Meta 4.7.

Sob a perspectiva econômica, observa-se impacto positivo na redução de gastos familiares com alimentos, na disseminação do consumo consciente e sustentável e na possibilidade de comercialização do excedente da produção, o que pode gerar renda e

postos de trabalho. A produção sustentável e orgânica das HC dialoga diretamente com o ODS 12, que trata de consumo e produção responsáveis. Além disso, quando associadas a sistemas de compostagem, contribuem para a redução da geração de resíduos sólidos e para a produção de adubo orgânico de qualidade, fechando um ciclo produtivo que integra a lógica da economia circular, incentiva o consumo consciente e dissemina um estilo de vida em harmonia com a natureza.

Sendo a agricultura um dos setores mais relevantes para o PIB nacional (EMBRAPA, 2020), entende-se que o problema não reside na produção de alimentos, mas sim na desigual distribuição de recursos, o que reforça a necessidade de criação de mecanismos que facilitem o acesso dos mais pobres aos alimentos:

A SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) passa a ocupar um lugar central nas estratégias de desenvolvimento humano, com inclusão econômica e social da população nos meios de produção, promoção da soberania alimentar, melhoria da qualidade de vida, preservação da cultura e meio ambiente para o resgate da cidadania. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010, p.37)

A associação da horta a uma cozinha comunitária apresenta-se como alternativa eficaz às problemáticas levantadas, pois impacta positivamente em diversas áreas. Ao abranger desde a produção, o preparo e o consumo, permite que os usuários sejam incluídos e beneficiados em todas as etapas. Conforme estudos realizados por Caro et. al (2018) e Fano, Tyminski e Flynn (2004), quando há a presença de hortas, há um incremento na qualidade do alimento preparado na CC e a conseqüente redução dos índices de IA dos beneficiários. Os autores encontraram evidências de que ao consumir os alimentos produzidos na horta, há um aumento no consumo de alimentos saudáveis. As HC e CC, podem ser tratadas como estratégias integradas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em contextos urbanos que se encontram sob os signos da precariedade socioeconômica, visto que, as hortas produzem alimentos frescos e orgânicos, enquanto as cozinhas comunitárias transformam esses alimentos em refeições balanceadas distribuídas a populações em situação de vulnerabilidade. Assim, uma reforça a outra: a produção e o consumo são parte de um mesmo ciclo de sustentabilidade e inclusão social.

Discussão e Resultados

Os dados obtidos da literatura analisada evidenciam os benefícios das cozinhas comunitárias (CC) e das hortas comunitárias (HC) de forma isolada. No entanto, compreende-se que, a construção e implementação deste binômio em caráter integrado configuram um equipamento urbano coletivo estratégico, capaz de promover a integração social e contribuir para o alcance de múltiplas metas de desenvolvimento sustentável. Ao permitir a participação da comunidade em todas as etapas do processo, desde o plantio, rega e manutenção das hortas até o preparo, consumo e educação alimentar nas cozinhas, essas iniciativas demonstram alinhamento com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando sua relevância socioambiental.

O estudo evidencia a necessidade de desenvolvimento de estratégias operacionais em âmbito local, voltadas à implementação de cozinhas comunitárias (CC) integradas a hortas comunitárias (HC). Recomenda-se que os espaços destinados às CC considerem a disponibilidade de áreas livres em seu entorno imediato para a implantação de HC, de modo a viabilizar ações conjuntas e otimizar a logística de produção e distribuição de alimentos. Esse tipo de equipamento urbano deve resultar de um esforço articulado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela



aquisição de bens materiais e pela estrutura física das CC, e os governos locais, por meio das secretarias municipais com atuação nas áreas de planejamento urbano, agricultura e desenvolvimento social.

Caro et al. (2018) analisaram CCs com e sem hortas associadas e constataram que os usuários das CCs integradas a HCs apresentaram maior Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A insegurança alimentar severa ocorreu com maior frequência entre os beneficiários das CCs desprovidas de hortas. Além disso, o estudo evidenciou que a população atendida pelas CCs com hortas dispõe de maior diversidade alimentar. As autoras destacam ainda que “as voluntárias da cozinha comunitária consideraram que a horta comunitária contribui para uma alimentação mais saudável aos beneficiários” (CARO et. al., 2018, p. 123, tradução nossa).

Com base nas análises bibliográficas, elaborou-se o Quadro 1, que sintetiza os ODS contemplados pela valorização e implantação das CCs e HCs, apresentando a respectiva justificativa fundamentada no referencial teórico previamente exposto. O quadro apresenta os impactos positivos provocados pela HCs e CCs e de que forma contribuem para o cumprimento dos ODS, quando essas iniciativas atuam de maneira coesa e sinérgica.

<p>ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável</p> 	<p>As CCs fazem parte de programas governamentais para promoção da SAN e contribuem para redução da fome, oferecendo refeições de qualidade alimentar e nutricional à populações de baixa renda beneficiadas. Quando as CCs promovem cursos de capacitação, educam sobre economia doméstica e preparo de alimentos saudáveis, impactando indiretamente na redução da fome. As HCs são espaços de geração de alimentos orgânicos. Configuram-se como sistemas sustentáveis de produção de alimentos. São estruturas capazes de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Quando associadas, as HCs geram alimentos de legumes, verduras e frutas para o preparo nas cozinhas, contribuindo para uma alimentação balanceada e promovendo saudabilidade às famílias atendidas.</p>
<p>ODS 3 - Saúde e Bem-Estar</p> 	<p>As atividades coletivas realizadas nas CCs às transformam em pólos catalizadores de encontro social, formando redes de apoio e promovendo o desenvolvimento de relações interpessoais. A construção de vínculos comunitários se apresenta como um importante ativo na promoção da saúde mental e do bem estar. O contato com a natureza promovido nas HCs também é apontado como um redutor de desequilíbrios mentais.</p>
<p>ODS 4 – Educação de qualidade</p> 	<p>Espaços públicos urbanos tem a capacidade de tornar-se polos de educação ambiental. As HCs podem ser pensadas como espaços de conscientização ecológica e preservação do meio ambiente de maneira pedagógica. Trata-se de uma estratégia de educação para o desenvolvimento sustentável que fortalece estilos de vida sustentáveis. As HCs, quando aplicam a filosofia da educação ambiental em sua operação disseminam conhecimentos a respeito da sustentabilidade, da cultura e da cidadania globais. Algumas CCs em operação promovem cursos de capacitação em torno da temática da culinária, profissionalizantes ou não. Estes espaços de educação desenvolvem habilidades relacionadas à higiene, economia doméstica e SAN.</p>

<p>ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico</p> 	<p>As CCs promovem cursos de capacitação e formação profissionalizante, facilitando a inserção dos alunos no mercado de trabalho. A operação e gestão das cozinhas muitas vezes abrem postos de emprego em comunidades empobrecidas. As HCs geram produção de subsistência para as famílias trabalhadoras ou beneficiadas mas também produzem excedentes que podem ser comercializados em feiras agroecológicas locais, gerando emprego e renda.</p>
<p>ODS 10 - Redução das desigualdades</p> 	<p>Por se tornarem espaços de socialização, união e troca, as CCs, fortalecem grupos sociais minoritários. O empoderamento desta população invisibilidade promove inclusão social e reinsere indivíduos marginalizados na vida social e cultural da comunidade. As HCs, ao gerarem oportunidades de trabalho e renda ampliam a capacidade econômica das famílias beneficiadas, contribuindo para aumento do poder de compra e da qualidade de vida dos trabalhadores.</p>
<p>ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis</p> 	<p>HCs em áreas urbanas fragilizadas ambientalmente tem o papel de reduzir impactos de enchentes, inundações e alagamentos. Por ampliar a permeabilidade do solo e inserir a cobertura vegetal, a HC atua como um espaço livre urbano que se caracteriza como uma infraestrutura verde, mitigando os efeitos do aquecimento global e colaborando com a adaptação das cidades às consequências da emergência climática. Frequentemente estas áreas urbanas que sofrem com a degradação ambiental são também regiões de baixa renda que acomodam populações em situação de vulnerabilidade social. As HCs implementadas nestas regiões das cidades protegem prioritariamente as populações empobrecidas e podem fazer parte de planos de redução de riscos e gerenciamento de desastres, principalmente aqueles relacionado ao aumento das chuvas e da temperatura.</p>
<p>ODS 12 - Consumo e produção responsáveis</p> 	<p>As HCs por estarem, em sua maioria, implantadas dentro do perímetro urbano, são espaços de produção sustentável, sem uso de fertilizantes e defensivos químicos. As HCs frequentemente são locais que se somam aos conceitos de permacultura e a produção agroflorestal. Algumas iniciativas associam as HC a processos de compostagem, reduzindo a geração de resíduos sólidos. Quando os produtos da HC são consumidos na CC, incentivam o consumo consciente e responsável, reforçando o ciclo da sustentabilidade e da economia circular como um fator importante no desenvolvimento sustentável. Se a produção da HC gera excedente e é comercializada à população em geral, torna-se um impulsionador de um estilo de vida em harmonia com a natureza.</p>
<p>ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima</p>	<p>As HCs, são uma unidade de produção de alimentos localizada próxima do seu mercado consumidor. Produzem alimentos de forma ecológica com pouco ou nenhum impacto ambiental,</p>

 <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL</p>	<p>diferente das grandes propriedades e da indústria do agronegócio. Contribuem para a redução da emissão de CO2 no transporte da produção ao mesmo tempo em que ampliam a capacidade de geração de alimentos, em caso de catástrofes naturais e consequente redução das grandes safras. Ao integrar espaços livres urbanos, as HCs contribuem para a preservação ambiental no meio urbano e ampliam a resiliência das cidades, atuando no controle da temperatura e da umidade do ar, além de colaborar com o escoamento natural das águas das chuvas, reduzindo os riscos de enchentes e alagamentos.</p>
<p>15 - Vida terrestre</p>  <p>15 VIDA TERRESTRE</p>	<p>As HCs alinham-se à preservação da vida terrestre em duas frentes de atuação. Ao fortalecer a produção de alimentos orgânicos, recupera o solo urbano degradado e restaura a terra. Por inserir o elemento vegetal no meio urbano contribuem para a biodiversidade, incentivando a recuperação e a expansão da fauna e da flora na cidade.</p>

Quadro 01. Fonte: Referencial teórico da pesquisa. Org: Os autores,2025

Considerações Finais

A análise qualitativa realizada mostra que a hortas comunitária (HC) e cozinha comunitária (CC), cada uma a sua maneira, promove segurança alimentar, inclusão social e educação nutricional. No entanto, seguramente pode-se afirmar que a integração HC-CC potencializa esses efeitos e resultados, criando um ciclo sustentável de produção, consumo e reaproveitamento de recursos, fortalecendo vínculos comunitários, educação ambiental, emprego, renda, entre outras garantias que resultam no empoderamento social dessas populações marginalizadas. Logo, a integração entre hortas e cozinhas comunitárias configura-se como uma tecnologia social inovadora, capaz de promover sustentabilidade urbana, equidade social e impactos positivos replicáveis em diferentes contextos urbanos, devendo ser incentivada por políticas públicas e programas comunitários.

Compreende-se que a implantação de CCs associada à HCs, pode impactar positivamente nas populações em situação de vulnerabilidade social. A possibilidade de reduzir desigualdades, não apenas por promover o acesso a recursos alimentares que resultam na melhoria da SAN, mas também ao introduzir uma parcela da população, antes marginalizada e negligenciada no contexto de comunidade, onde o senso de pertencimento criado e as possibilidades de geração de emprego e renda são maiores.

Poderiam ser explorados os desafios para sua implantação, principalmente no que diz respeito ao apoio da gestão pública a e formulação de políticas que incentivem a implementação desta tipologia de equipamento urbano. Porém, a contribuição deste trabalho está em evidenciar a relevância da integração entre Hortas Comunitárias e Cozinhas comunitárias destacando o alinhamento destas iniciativas com os ODS.

Referências

ANTONIO, R. GUERRA, L. Cozinhas comunitárias enquanto estratégia política de segurança alimentar, nutricional e combate à fome: uma revisão da literatura. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**. 2022.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BRASIL, Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>> Acesso em 26 fev. 2025.

BRASIL. **Guia de Paisagismo Sustentável**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/644577/Guia_paisagismo_sustentavel_Senado_Federal.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20e%20Aspectos%20Socioculturais,-O%20paisagismo%20n%C3%A3o&text=Os%20espa%C3%A7os%20verdes%20pode%20ser,pessoas%20e%20o%20ambiente%20natural. Acesso em 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano CXLIII, n. 179, 2006a.

CARO, F. B. et al. Level of Food Security in households of community kitchen of the National Crusade against Hunger program (Mexico). **Rev. esp. nutr. comunitaria**, [s.l.], v. 24, n. 3, 2018. Disponível em:

CHAVES, Ceceo; COSTA, Christiane; OLIVEIRA NETO, Geraldo Antonio; ROMÃO, Mariana. **Hortas urbanas: moradia urbana com tecnologia social**. São Paulo, Polis, 2015. 33 p. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/hortas-urbanas-moradia-urbana-com-tecnologia-social/> Acesso em: 09 mai 2025

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, Julho de 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias_seguranca_alimentar.pdf> Acesso em 03 mar. 2025.

COSTA, Aline; ROMÃO, Dione; CHAVES, Anelise; OLIVEIRA NETO, Ademar de. **Hortas urbanas: moradia urbana com tecnologia social**. São Paulo: Instituto Pólis, 2015.

EMBRAPA, **VII Plano Diretor da Embrapa: 2020–2030 / Embrapa**. – Brasília, DF : Embrapa, 2020. 31 p.

GRACIA, Mariana Tarricone; BÓGUS, Cláudia Maria; COELHO, Denise Eugenia Pereira (org.). **Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024

HAURESKO, Cecília. Agricultura Urbana: Funções e Potencialidades. In: **Rompiendo fronteras: investigaciones de/en América Latina**. Folmer, I. et al. (org). Santa Maria, RS:Arco Editores, 2024. p. 46-62. Disponível em: https://96abf9fb-a2b4-4f23-8e8b-68d6bbf54168.usrfiles.com/uqd/96abf9_40f9c4248c674c8f946602fe4d6fe1de.pdf#Cap3. Acesso em 25 ago 2025.

HERZOG, Cecília Polacow. P. ROSA, Lurdes Zunino Infraestrutura verde: sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. **Revista Labverde**, n. 1, p. 92-115, 2010.]

IBGE. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. IBGE, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>> Acesso em 24 fev. 2025.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. DE. **Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?** Ciência e Cultura - Alimento, Campinas, v. 25, n. 3, p. 34–38, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400012> Acesso em 28 fev. 2025.

SANTOS, Edson L. **Tecnologias sociais: um novo modo de fazer e pensar é possível**. Extraprensa - Cultura e Comunicação na América-Latina. USP, 2024.

TZOULAS, K. et al. Promoting ecosystem and human health in urban areas using green infrastructure: A literature review. **Landscape and Urban Planning**, v. 81, n. 3, p. 167–178, 2007.